UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANTONIA GERLÂNDIA LOPES DE SOUSA FILHA

ENTRE O TRABALHO E O APEGO: QUEM CUIDA DA CUIDADORA?

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

ANTONIA GERLÂNDIA LOPES DE SOUSA FILHA

ENTRE O TRABALHO E O APEGO: QUEM CUIDA DA CUIDADORA?

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Raul Max Lucas da Costa

ANTONIA GERLÂNDIA LOPES DE SOUSA FILHA

ENTRE O TRABALHO E O APEGO: QUEM CUIDA DA CUIDADORA?

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 27/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Raul Max Lucas da Costa/UNILEÃO

Membro: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Junior/UNILEÃO

Membro: Me. Cicera Jaqueline Sobreira Andriola

ENTRE O TRABALHO E O APEGO: quem cuida da cuidadora?

Antonia Gerlândia Lopes de Sousa Filha¹
Raul Max Lucas da Costa²

RESUMO

O presente artigo buscou analisar os impactos da sobrecarga emocional na saúde mental de cuidadoras, em unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Para isso foi avaliado os níveis de envolvimento emocional, identificando quais estratégias utilizadas para lidar com os sentimentos e emoções despertados no contato com os acolhidos, analisando a relação trabalho e cuidado na vivência de cada cuidadora. Utilizando como base teórica a Teoria do Apego de John Bowlby. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando estudos empíricos que abordassem tal temática. Nos resultados encontrados observou-se a constituição de vínculos afetivos, baseados no apego surgido entre cuidadoras e acolhidos, bem como uma associação do cuidar despendido no trabalho, ao mesmo cuidado direcionado aos filhos. Como estratégias de enfrentamento da situação notou-se a tentativa de manter distanciamento afetivo, para não sofrer com a separação das crianças, apesar de ser inevitável a constituição de entrelaçamentos afetivos no contato diário com os acolhidos. Outra estratégia observada foi a racionalização da ideia de que o abrigo é provisório, e o melhor para as crianças é o retorno à família ou a adoção. Não aparecendo de maneira explícita a sobrecarga emocional, porém surge de maneira implícita mediante os sentimentos surgidos com o desacolhimento das crianças. Foi observado pouco enfoque na relação de cuidadoras com adolescentes. Conclui-se que, a prevalência de mulheres ocupando esse cargo, compreender os fatores sociais e econômicos para a naturalização da mesma no papel de cuidadora se faz necessário em estudos posteriores

Palavras-chave: Cuidador. Apego. Vínculo. Abrigo. Psicologia.

ABSTRACT

This article sought to analyze the impacts of emotional overload on the mental health of caregivers in institutional care units for children and adolescents. For this, the levels of emotional involvement were evaluated, identifying which strategies were used to deal with the feelings and emotions aroused in contact with the sheltered ones, analyzing the work and care relationship in the experience of each caregiver. Using John Bowlby's Theory of Attachment as a theoretical basis. A bibliographical research was carried out, seeking empirical studies that addressed this theme. In the results found, it was observed the formation of affective bonds, based on the attachment that emerged between caregivers and those welcomed, as well as an association of care spent at work, with the same care directed to the children. As strategies for coping with the situation, it was noted the attempt to maintain affective distance, so as not to suffer with the separation of children, despite the inevitable constitution of affective entanglements in daily contact with the sheltered ones. Another strategy observed was the rationalization of the idea that shelter is temporary, and the best thing for children is to return to the family or adoption. Emotional overload does not appear

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: antonalopesfilha@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: raulmax@leaosampaio.edu.br

explicitly, but it arises implicitly through the feelings that arise with the rejection of children. Little focus was observed on the relationship between caregivers and adolescents. It is concluded that, the prevalence of women occupying this position, understanding the social and economic factors for the naturalization of the same in the role of caregiver is necessary in further studies

Keywords: Caregiver. Attachment. Bond. Shelter. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

As unidades de acolhimento institucional são equipamentos da Proteção Social de Alta Complexidade, embora desde o período colonial já houvesse medidas de abrigamento para crianças, nesse período havia uma forte presença das instituições assistenciais e religiosas, as quais promoviam o cuidado às crianças e adolescentes das famílias vulneráveis, antecedendo a atuação do Estado. Eram comuns os orfanatos, internatos e asilos para menores, abrigando um grande número de crianças (SAYÃO, 2017).

Foi a partir do Estatuto da Criança e Adolescente que esse público passou a ser percebido como sujeito de direitos, onde se iniciou o marco legal para promover a proteção integral de crianças e adolescentes, ofertando diretrizes para os serviços de acolhimento. Tal medida visa ocorrer de maneira provisória, onde haja fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2019). A nova legislação propõe uma mudança nas denominações e, também, uma nova forma de pensar essa modalidade de instituição (SAYÃO, 2017).

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009), é possível que este ocorra em três modalidades distintas, sendo o Abrigo Institucional, Casa Lar e Família Acolhedora, embora no Brasil este último seja menos comum. Em todos, o acolhimento ocorre com crianças e adolescentes, com idade de 0 a 18 anos, afastados do convívio familiar por medida protetiva.

O Abrigo Institucional realiza acolhimento provisório para crianças e adolescentes, o qual deve ter características de uma residência e ser inserido na comunidade, onde os cuidadores trabalham em turnos fixos, já na Casa Lar deve haver ao menos uma pessoa ou um casal trabalhando como cuidador/educador residente em uma casa a qual não é a sua, deve haver supervisão de uma equipe técnica, seu objetivo é promover relações que se aproximem do ambiente familiar. E na Família Acolhedora, o acolhimento ocorre por uma família cadastrada que pode receber somente uma criança ou um adolescente, de maneira a possibilitar atendimento individualizado, com execução em casos que hajam grupo de irmãos, onde ocorre avaliação da equipe técnica para indicar o tipo de acolhimento mais adequado, visto que não deve ocorrer o desmembramento desse grupo (BRASIL, 2009).

Dentre a equipe composta para esses equipamentos encontra-se o educador/ cuidador que irá desenvolver desde os cuidados básicos até a preparação para o desligamento do acolhido, o qual é exigido formação no nível médio e capacitação específica. Com isso a cuidadora é a pessoa que estará mais próxima desses jovens, no contato diário e acompanhando nos diversos serviços que estes necessitam acessar. Nesse contexto diversas

situações são vivenciadas, e visto a exigência do sigilo e o cumprimento de regras da instituição, é possível que essa atividade desperte sentimentos variados e algumas tensões.

Diante tal contexto surgiu a necessidade de compreender as condições emocionais desses profissionais, em meio aos vínculos gerados na convivência diária com acolhidos, para investigar essa temática foi formulado a seguinte questão: quais impactos da sobrecarga emocional na saúde mental de cuidadoras em unidades de acolhimento para crianças e adolescentes?

Tal inquietação surgiu frente à experiência de estágio supervisionado em uma unidade de acolhimento institucional, ao observar a relação de cuidadoras e acolhidos, diante disso a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a subjetivação e o trabalho da cuidadora, buscando promover um olhar sobre a Saúde Mental de profissionais em unidades de acolhimento. Visto que na sua grande maioria os profissionais que ocupam esse cargo são do sexo feminino, optou-se nessa pesquisa por utilizar o termo “cuidadora”.

A cuidadora tem papel fundamental na acolhida dos jovens que são encaminhados ao equipamento. As crianças e adolescentes vão para o acolhimento institucional através de determinação judicial, quando se encontram em situações de vulnerabilidade onde há o risco a sua integridade física e/ou psíquica, se constituindo assim em uma medida protetiva, tal afastamento do convívio familiar deve ocorrer de forma excepcional, quando esgotada todas as possibilidades de manter a criança ou adolescente convivendo com a família de origem, seja ela nuclear ou extensa (BRASIL, 2009).

Dentro das unidades de acolhimento há vários profissionais atuando, sendo eles assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, entre outros, porém as cuidadoras são as que possuem maior contato com os acolhidos (HALPERN et al.,2015). O trabalho da cuidadora/educadora deve ocorrer em turnos fixos diários, onde a mesma desenvolva sempre atividades da rotina diária, visando assim possibilitar à criança e ao adolescente constância e estabilidade aos cuidados prestados, os vinculando a cuidadora de referência, promovendo previsibilidade na organização da rotina (BRASIL, 2009).

De acordo com Sayão (2017) o trabalho da cuidadora é desenvolvido envolto a vários desafios, como separar trabalho e afeto em um ambiente em que o público e o privado estão intimamente entrelaçados. Onde os acolhidos além de demandar cuidados básicos, encontram se aquém de uma figura familiar de referência, e por isso demandam da cuidadora o desafio de lidar com os afetos surgidos durante o convívio, como também com as demais dificuldades que estes jovens apresentam, visto que os comportamentos são os mais variados refletindo a história de vida de cada acolhido. Tudo isso poderá resultar em uma sobrecarga emocional nas

cuidadoras, que muitas vezes não se encontram preparadas para lidar com determinadas situações.

Segundo dados do Ministério da Previdência Social - MPS a terceira maior causa de afastamentos do trabalho no país é motivada por problemas de saúde mental, os quais cresceram bastante, tornando-se este um fato relevante para a busca por compreender como acontece o esgotamento mental do trabalhador (SILVA et al., 2016).

Pensar a atuação da cuidadora dentro desse contexto partiu de uma inquietação pessoal durante o estágio, onde percebi que também desenvolvi afetos com os acolhidos, e como a história pessoal do contexto de vulnerabilidade dos mesmos me atravessava, sendo marcante a presença feminina desenvolvendo esse cuidado, algo que me remete às minhas próprias vivências familiares, onde a mulher sempre é encaminhada para esse lugar de cuidar do outro. O que me fez refletir se seria possível separar trabalho e afeto nesse ambiente, bem como a necessidade de compreender como as cuidadoras se percebiam e se encontravam emocionalmente para lidar com seus atravessamentos.

Embora a mulher já tenha alcançado inúmeras conquistas, ao me deparar com essa naturalização do trabalho feminino nesse contexto, despertou o desejo de entender os fatores sociais que a conduzem para esse lugar, bem como através deste estudo promover outras inquietações acerca do fazer da psicologia nos espaços de acolhimento institucional.

Dessa forma o objetivo principal desta pesquisa é analisar os impactos da sobrecarga emocional na saúde mental de cuidadoras, para isso se buscará avaliar os níveis de envolvimento emocional das mesmas, identificar quais estratégias utilizadas para lidar com os sentimentos e emoções despertados no contato com os acolhidos, e analisar a relação trabalho e cuidado na vivência de cada cuidadora.

Para compreender as relações de apego surgidas no ambiente institucional foi utilizado como embasamento teórico a Teoria do Apego de John Bowlby, o qual realizou pesquisa com crianças privadas do lar e suas relações com a figura de cuidado (ROUDINESCO, 1998).

2 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa bibliográfica, a qual é classificada como qualitativa e exploratória (GIL, 2002), onde inicialmente foi delimitado o tema, em seguida estabelecido os objetivos, e posteriormente a coleta de dados através de uma revisão de literatura de pesquisas empíricas, onde os critérios de inclusão foram estudos realizados em equipamentos de

acolhimento institucional nos últimos dez anos, bem como os artigos publicados em português e obras de domínio público.

Para levantamento bibliográfico foram consultadas as bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Repositório UFSC, Biblioteca Virtual Unileão e Pepsic. Foram consultados artigos científicos, dissertações de mestrado e livros. Os dados foram analisados de forma qualitativa (GIL, 2002). Os descritores utilizados foram cuidador, apego, vínculo, abrigo, psicologia, mãe social, educador.

Foram selecionados para revisão de literatura oito livros, quatorze artigos, três teses de dissertação de mestrado, um dicionário de psicanálise e um vocabulário de psicanálise, os quais discorrem sobre a Teoria do Apego, a constituição dos vínculos gerados entre a criança e seu cuidador de referência, a relação entre cuidadoras e acolhidos, conceitos psicanalíticos. Também foram consultados, o documento de Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento Institucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Sistema Nacional de Adoção.

A Teoria do Apego se fez necessária para compreender a relação estabelecida no contexto institucional do acolhimento, portanto foi utilizada como embasamento para essa pesquisa. Também foram aplicados conceitos da psicanálise, como trauma, desamparo e função materna, vale ressaltar a importância da Psicanálise na compreensão do sujeito, bem como no modo que esse estabelece suas relações.

3 A ATUAÇÃO DA CUIDADORA NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O serviço de acolhimento para crianças e adolescentes tem origens no período colonial onde já havia atendimento a esse público, porém foi somente após a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estes passaram a ser compreendidos como sujeitos de direitos. O encaminhamento para esse tipo de serviço é uma medida protetiva excepcional e provisória (BRASIL, 2009), dessa forma o ECA foi o marco legal na garantia de direitos de crianças e adolescentes, direito ao convívio familiar e comunitário, a vida, alimentação, saúde e educação (BRASIL, 2019).

Diante situações de negligência, abandono, violência ou abuso sexual, a criança ou adolescente é encaminhada para o acolhimento pelo órgão que identificou a impossibilidade de manter esse jovem no convívio familiar, geralmente é o Conselho Tutelar que realiza esse

encaminhamento, tal medida só deve ser adotada quando não há nenhuma outra possibilidade de permanência na família de origem (BRASIL, 2009).

A criança ou adolescente em situação de acolhimento deve manter uma rotina que lhe possibilite à manutenção dos laços comunitários, tendo acesso à escola, saúde, lazer, práticas esportivas, cursos de profissionalização e frequentar espaços religiosos, (BRASIL, 2009), necessitando também de cuidados básicos como alimentação, higiene e proteção, portanto é a cuidadora que estará auxiliando na realização dessas atividades, como também acompanhando na sua saída para os diversos serviços os quais necessita acessar, além da organização do espaço a cuidadora também tem o papel de organizar fotos e registros individuais do desenvolvimento de cada acolhido visando preservar sua história de vida (BRASIL, 2009).

De acordo com as orientações para os serviços de acolhimento, a cuidadora deve possuir uma formação mínima no ensino médio, capacitação específica e deseja se que possua experiência em atendimento à criança e adolescente. Além das atividades citadas anteriormente a cuidadora também deve auxiliar a criança ou adolescente a lidar com sua história pessoal, no fortalecimento de sua autoestima e construção de identidade, e também promover apoio na preparação para o seu desligamento, supervisionado por um profissional de nível superior (BRASIL, 2009).

O trabalho da cuidadora é marcado por um acúmulo de tensão visto sua alta complexidade, tornando difícil refletir sobre suas práticas no serviço de acolhimento. Além da equipe técnica, a cuidadora também é interrogada por vários questionamentos gerados pelas crianças e adolescentes, em torno de seu acolhimento, manifestando desejos de retornar a família ou de ser adotado, desejando saber de sua história ou outras questões em que as cuidadoras desconhecem, havendo ainda por parte de muitos dos acolhidos demanda de cuidado e afeto constante (SAYÃO, 2017).

Dentro dessa perspectiva deve se ressaltar que muitas crianças chegam ao acolhimento recém nascidas, e sua figura de referência de cuidado se torna a cuidadora da unidade, ainda que provisoriamente, fato esse que tem seus impactos no desenvolvimento dessa criança e na percepção da própria cuidadora em exercer um trabalho que lhe demanda além do esforço físico um investimento afetivo. Assim o desamparo perpassa a vida de cada acolhido, visto que há a ausência da família ou de outras figuras que representem uma estabilidade permanente (MEDEIROS, 2020).

Durante o desenvolvimento da criança as suas relações possuem importante relevância na sua constituição, Bowlby em sua Teoria do Apego relata que o sujeito se dirige a alguém que considera com maior capacidade diante de uma situação, e distingue o cuidar

como sendo um comportamento complementar de alguém considerado menos habilitado a agir dessa forma. Porém nem todas as crianças têm a sua disposição uma mãe que lhe acolha e lhe permita usufruir desse vínculo do apego, o que na sua teoria permite abranger estudos sobre a Privação Materna (SANTOS et al., 2020) .

A maioria dos profissionais que atuam na área de cuidados são mulheres, e esse é um fato que merece destaque, visto a posição em que a mulher ocupa na sociedade no ato de cuidar, onde sempre lhe é demandado o papel primordial de mãe, portanto é necessário compreender como a vinculação ocorre nesse tipo de trabalho e de que forma os sentimentos surgidos irá impactar na sua saúde mental (SAYÃO,2017). É importante observar se ocorre o desenvolvimento de um estado de maternagem, ou seja, se surge amor, afeto e carinho a partir da vinculação com essa criança (MEDEIROS,2020), e como isso é manejado por cada cuidadora, se irá fazer suplência da função materna.

Outro desafio que surge nessa prática está relacionado à história de violência e abandono dos acolhidos, o que muitas vezes atravessa a história pessoal de cada cuidadora, que em alguns casos vivenciou algo semelhante na sua infância ou adolescência (SAYÃO, 2017), em um espaço onde há tanto entrelaçamento afetivo, se depararem com as próprias demandas que muitas vezes não foram supridas, torna o trabalho da cuidadora ainda mais complexo, havendo a possibilidade de gerar conflitos e inquietações. Carvalho et al. (2016) pontuam que há os fatores subjetivos envolvendo cuidadora e indivíduo cuidado, onde ambos estão envolvidos em um processo permeado por sentimentos, experiências pessoais, valores, significados e variadas maneiras de experienciar e defrontar se com determinadas situações.

4 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO APEGO

Para analisar as relações entre cuidadoras e acolhidos é importante a compreensão de como se desenvolve o apego da criança a figura de cuidado de referência. Dessa forma retomamos aos estudos de John Bowlby e Mary Ainsworth e suas importantes contribuições sobre a constituição da vinculação emocional entre bebês e cuidadoras (BEE; BOYD,2011).

John Bowlby foi um psiquiatra com especialização em psiquiatria infantil, e psicanalista, vindo a desempenhar uma importante atuação no movimento psicanalítico britânico. Suas primeiras publicações a respeito da criança ocorreram em 1940, com enfoque

na mãe e o ambiente, contexto social e a forma como a criança foi educada, sua obra foi marcada pelos estudos sobre apego, perda e separação (ZIMERMAN, 2001).

Ao final dos anos quarenta a pesquisa de Bowlby é direcionada à crianças em situação de abandono ou privação do lar, bem como as carências maternas. O levando a conceituar que a vinculação primária do bebê a mãe ocorre através do apego (ZIMERMAN, 2001). Com isso, buscou-se entender a forma como as cuidadoras constituem um apego materno no exercício de suas atividades, e como isso reverbera na sua saúde mental, levando em consideração que para tal exercício é necessário um investimento afetivo.

Para Bowlby o ser humano possui uma capacidade natural de formar vínculos e essa capacidade já está presente desde o início da vida do bebê. Tal relação possui importantes implicações para a criança, onde esta recebe o suporte que necessita para sua sobrevivência (BEE; BOYD, 2011). No entanto, surge a necessidade de compreender o apego do adulto à criança, levando em consideração as fantasias envolvidas no desejo de ser mãe e como elas se materializam no ato de cuidar.

A Teoria do Apego formulada por Bowlby teve seus fundamentos teóricos na psicanálise. Nessa teoria procurou explicar o motivo e a maneira como crianças constroem vínculos com seus cuidadores, apontando as consequências da privação materna no desenvolvimento infantil (DE SOUZA et al., 2020).

Ao nascer a criança apresenta repertórios inatos como o choro, o sorriso e o contato visual, impelindo o outro ao seu cuidado, o que promove nos pais, especificamente às mães a responderem a esses comportamentos, acolhendo as suas necessidades. Bowlby e Ainsworth apresentam a importância de um padrão recíproco na constituição do apego e de vínculos afetivos (BEE; BOYD, 2011). Assim a atuação da cuidadora diante de tais demandas lhe conduz a ocupar esse papel de referência, ainda que seja um vínculo provisório, o seu trabalho pode se assemelhar ao seu modo de ser mãe, ou as suas fantasias e expectativas frente a maternidade.

Faz se necessário apresentar a conceituação de vínculo proposta por Bion, onde este define o vínculo como “uma estrutura relacional-emocional entre duas ou mais pessoas, ou entre duas ou mais partes separadas de uma mesma” (ZIMERMAN, 2001). No entanto, o autor amplia o conceito a qualquer órgão que esteja responsável por vincular ao bebê ideias, objetos e sentimentos (ZIMERMAN, 2001).

A ampliação do conceito acima citado desperta uma reflexão sobre a forma como os vínculos se constituem em unidades de acolhimento institucional, se a pessoa que estará no papel de cuidadora se encontrará disponível ou não para tal atuação. Devendo se levar em

consideração que o ambiente institucional, possui suas particularidades e limitações, e que crianças recém-nascidas geralmente permanecem por menor período no acolhimento, pois são preferência no cadastro de adoção, ocorrendo maior número de adoções na faixa etária de 0 a 3 anos de idade (SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO,2023).

O vínculo afetivo é definido por Ainsworth como um laço ligeiramente longo, no qual o parceiro apresenta importância, sendo um indivíduo singular o qual não poderá ser substituído por outro, e o apego constituído como um subtipo do vínculo, onde a presença do parceiro promove sensação de segurança, ou seja, uma base segura para o sujeito. Nesse sentido, a ligação da criança aos pais é um apego, porém o contrário não se configura em apego, pois os pais não a concebem da mesma forma. Assim, sendo o vínculo e o apego condições internas, sua presença é constatada a partir da observação de comportamentos de apego (BEE; BOYD, 2011).

Dessa forma Bowlby e Ainsworth definem que o tipo de apego, se estabelece a partir das respostas da mãe aos sinais que a criança emite, onde o apego se configura em uma base para a interação da criança com o ambiente. Assim a criança ao se sentir segura irá explorar o ambiente, de maneira a desenvolver a socialização e a curiosidade (DE SOUZA et al., 2020). Portanto a cuidadora se configura em um elo facilitador, conduzindo aqueles que chegam ao acolhimento, seu desafio será lidar com os sentimentos e tensões surgidas diante a introdução do jovem no ambiente institucional.

Bowlby relata que a partir do momento em que a criança estabelece o apego com outra pessoa, ela inicia a construção de uma representação mental da mesma, baseado em expectativas de como ocorrerão as próximas interações com essa pessoa. Para isso é necessário que haja por parte da criança confiança (ou ausência) de que encontrará à sua disposição a figura de apego, com a expectativa de ser rejeitado ou aceito, acreditando que essa figura será efetivamente segura. Bowlby denominou essa construção como sendo um modelo funcional interno (BEE; BOYD,2011).

Papalia e Martorell (2022) apresentam o apego como “um vínculo recíproco e duradouro entre o bebê e o cuidador, cada um contribuindo para a qualidade do relacionamento [...] o apego tem um valor adaptativo para o bebê, assegurando que suas necessidades tanto psicossociais quanto físicas sejam satisfeitas”.

Assim Bowlby aponta para uma construção gradual do apego, passando por três fases, sendo a orientação não focada, foco em uma ou mais figuras e comportamentos de base segura (BEE; BOYD, 2011).

4.1 EXPERIMENTO A SITUAÇÃO ESTRANHA

Para analisar os padrões de apego estabelecidos entre bebê e adulto, Mary Ainsworth utilizou a técnica de laboratório denominada Situação Estranha, onde esse adulto que na maioria das vezes é a mãe, é observado junto à criança com idade de 10 a 24 meses. Tais episódios possuíam duração inferior a meia hora, buscando fazer emergir comportamentos atrelados ao apego (PAPALIA; MARTORELL, 2022).

A Situação Estranha consiste na observação da criança em situações variadas, onde ela é deixada pela mãe em um ambiente o qual não está habituada. Em um primeiro momento a mãe a deixa ao lado de um estranho, em um segundo momento a criança fica sozinha e a pessoa estranha chega antes da mãe. A criança então é incentivada pela mãe a explorar o ambiente e voltar a brincar, lhe confortando se necessário, o primordial dessa situação é a resposta dada pelo bebê diante o retorno da mãe (BEE; BOYD, 2011; PAPALIA; MARTORELL, 2022).

As observações diante os comportamentos apresentados em cada situação a levou a conceituação inicial de três tipos de apego, um tipo de apego seguro, e dois tipos de apego inseguro. No apego inseguro a criança não tem a pessoa de cuidado de referência como base segura, esses são subdivididos em apego evitativo e apego ambivalente. Em estudos posteriores os colaboradores de Ainsworth conceituaram um quarto tipo de apego, o inseguro desorganizado/desorientado (BEE; BOYD, 2011).

Sendo o apego seguro, onde a criança demonstra flexibilidade e resiliência em uma situação estressora, embora chore na ausência da mãe, logo é consolada quando ela retorna. Apego inseguro evitante, são as que não alteram o comportamento na ausência da mãe, chegando a interagir com a pessoa estranha, ignorando ou rejeitando a cuidadora mediante seu retorno. As de apego inseguro ambivalente/ resistente demonstram ansiedade antes da ausência da cuidadora, chegando a buscar seu conforto mediante olhar ou interação da pessoa estranha. O incômodo permanece quando a mãe retorna, tendem a ocorrer maior dificuldade para acalmá-las (PAPALIA; MARTORELL, 2022).

O quarto tipo de apego conceituado foi o inseguro desorganizado/desorientado onde as crianças não aparentam possuir estratégias coerentes, para suportar o estresse promovido pela Situação Estranha, mostrando-se confusa e apreensiva, apresentando comportamentos

opostos, ao mesmo tempo que busca a mãe desvia o olhar dela (PAPALIA; MARTORELL, 2022).

Figura 1: Padrões de Apego

Apego seguro- Padrão no qual o bebê em uma situação estressante obtém rápida e eficazmente conforto de uma pessoa à qual é apegada.

Apego evitativo- Padrão em que o bebê raramente chora quando separado da cuidadora principal, evitando contato quando ela retorna.

Apego ambivalente/resistente- Padrão em que o bebê torna-se ansioso antes da ausência da cuidadora principal, fica extremamente perturbado com sua ausência e, ao mesmo tempo em que procura a cuidadora quando esta retorna, resiste ao contato.

Apego desorganizado/desorientado- Padrão em que o bebê, após a ausência da principal cuidadora, demonstra comportamentos contraditórios, repetitivos ou mal-direcionados quando ela volta.

Fonte : Papalia; Martorell, 2022.

Ao discorrer sobre as interações da mãe com o bebê é necessário citar Donalds Woods Winnicott, psicanalista formado em medicina, atuou como pediatra por muitos anos, onde já se evidenciava uma preocupação com os fatores emocionais da criança na relação com a mãe. Apontando em seus estudos aspectos relevantes na constituição do bebê e o mundo que o circunda (ZIMERMAN, 2007).

Winnicott formulou o conceito de mãe suficientemente boa, onde esta deve desempenhar funções fundamentais para o desenvolvimento da criança. Entre elas, estão a capacidade de prover suas necessidades, compreendendo e decifrando a linguagem corporal da criança, a frustrando de maneira adequada, atuando como um modelo de identificação sendo como um espelho para ela (ZIMERMAN, 2001).

Dentro dessa perspectiva de mãe suficientemente boa, Winnicott destaca o conceito de holding, o qual está relacionado à provisão ambiental completa promovida pela mãe ao bebê, durante os complexos acontecimentos no seu desenvolvimento psicológico. Para tanto, é necessário que as mães possuam a capacidade de se cuidar admitindo o sentido essencial de sua atividade, e assim estarão aptas a realizar o cuidado suficientemente bom (WINNICOTT, 1983).

Para Winnicott, o holding é um ato que vai além do cuidar e sustentar fisicamente o bebê, pois envolve as trocas afetivas entre a mãe e a criança, e encontra-se atrelado aos cuidados primários com a mesma. Além dessa tarefa, outras são desempenhadas ao mesmo tempo, como o handling, o qual se configura na manipulação do corpo do bebê, ou seja, aos cuidados do seu cotidiano, como banho e a troca de roupas. Tais atitudes provocam sensações

no seu corpo, lhe permitindo o início de sua identificação corporal (SILVA; LIMA; SALLES, 2018).

As interações vividas pela criança terá implicações na sua vida adulta, pois as futuras relações serão baseadas nas experiências dos seus primeiros vínculos afetivos. Sendo assim todas as esferas de sua vida sofrerão influências, de como se estabeleceu o apego com sua família, perpassando por todo seu contexto parental, conjugal, acadêmico e profissional (SESTI BERKER; VIEIRA; CREPALDI, 2019).

Vale destacar que dentro das Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento, uma das características exigidas para a atuação da cuidadora, é que a mesma possua “disponibilidade afetiva, estabilidade emocional [...], independência pessoal e familiar que permita dedicação afetiva e profissional” (BRASIL, 2009). Tais exigências levam a refletir sobre o que é esperado no trabalho da cuidadora, e em que papel ela é colocada, pois facilmente esse entrelaçamento afetivo acarretará em cobranças, com a possibilidade de extrapolar o que é prescrito para seu desempenho. Bem como tal profissional irá lidar com o afeto surgido, e com suas próprias questões emocionais.

Portanto cabe pensar se a relação da cuidadora com a criança durante o período de acolhimento, levará a possíveis implicações na forma como a mesma constituirá seus vínculos e o tipo de apego que irá desenvolver. O que pode perpassar a vivência pessoal de cada cuidadora, bem como sua própria constituição de apego refletirá no entrelaçamento afetivo com os acolhidos.

5 TRAUMA E DESAMPARO

Em alguns escritos trauma e desamparo surgem de formas distintas, no entanto com significados semelhantes (ZIMERMAN, 2007). Entender essa relação se faz necessária, para observar o que surge na história de vida de cada cuidadora, que a aproxima ou a distância dos acolhidos. Buscando assim compreender as significações surgidas no desempenho do seu trabalho na unidade de acolhimento.

O termo trauma foi utilizado pela primeira vez por Freud ao estudar as histéricas, relacionou a palavra a uma sedução sexual praticada pelo pai a uma menina, porém chegou à conclusão que tal fato se configurava nas fantasias sexuais reprimidas de suas pacientes (ZIMERMAN, 2007).

Em seus estudos sobre a histeria, Freud e Breuer, apontam para a vivência de algo traumático na vida de uma pessoa, onde sua lembrança se torna dissociada das memórias

construindo um outro grupo psíquico. Tal acontecimento provocou emoções variadas e intensas que não foram expressadas (RUDGE, 2009).

Freud reconhece ainda em seus trabalhos outros tipos de trauma, sendo “o do nascimento (nos termos concebidos por O. Rank); do impacto da cena primária e da angústia da castração do menino em face da percepção de que as meninas não tinham pênis” (ZIMMERMAN, 2001, p.419).

Em oposição aos pensamentos freudianos, Otto Rank trás à tona em sua obra discussões sobre o trauma do nascimento. O autor defende a ideia de que “a angústia da castração é deslançada a cada experiência de separação e se reporta, fundamentalmente, ao grande trauma que é o nascimento” (RUDGE, 2009,p.47).

Em escritos posteriores Freud relata “o ato do nascimento, sendo a primeira vivência individual da angústia [...], em cada irrupção de angústia sucede, na psique, algo que equivale a uma reprodução da situação do nascimento” (FREUD, 1926-1929, p.23). Ainda que Freud possua divergências com a teoria de Rank, estes pontos lhe possibilitaram desenvolver uma reformulação na teoria da angústia, afirmando que a angústia antecede o recalque, a qual é provocada pela sensação de desamparo. Pois, é recalcado o que causa angústia no sujeito, sendo esta não mais atrelada à sexualidade, e sim ao desamparo (RUDGE, 2009).

Portanto Freud conceitua um desamparo fundamental, onde o ser humano necessita da mediação de um adulto próximo a ele, que lhe possibilite as circunstâncias essenciais para sua sobrevivência. Para denominar esse adulto citado por Freud, Lacan utiliza o termo “Outro”, o relacionando também ao papel que esse sujeito desempenha para o bebê, ou seja, esse outro ocupará a função de realizar o cuidado, e introduzir o simbólico por meio dessa ação (ELIA,2010).

A criança ao nascer não possui meios para sua provisão e sobrevivência, dependendo completamente do adulto para o seu cuidado. Assim o adulto assume importância fundamental nos seus cuidados, para que a criança permaneça viva e não sofra, tais condições promovem o desamparo e angústia sempre que a mãe se afasta (RUDGE,2009).

Freud avança “ao reconhecer o trauma representado pelas perdas precoces, incluídas a da perda do amor da mãe ou de outras pessoas significativas” (ZIMMERMAN, 2001, p.419). Tal conceito se aproxima das vivências dos sujeitos institucionalizados por medida protetiva, o que torna o trabalho da cuidadora ainda mais delicado, permeado pelas concepções subjetivas envolvidas no ato de cuidar.

No ambiente institucional a cuidadora facilmente ocupará a função materna, diante esse desamparo fundamental que a criança se encontra, a figura de cuidado de referência será

esta pessoa a qual ficará responsável pelos seus cuidados durante o período de acolhimento. Calzavara e Ferreira (2019) atrelam esse fato ao desejo de ser mãe, que se estabelece de maneira simbólica e subjetiva, dessa forma esse desejo que ainda não foi nomeado, se concretiza no filho, assim a função materna atua nas primeiras trocas estabelecidas com a criança, revelando um possível desejo que se evidencia na posição em que esse filho é colocado.

Dessa maneira a atuação da cuidadora se aproxima ao desempenho da função materna, sua busca por tal atividade pode estar revestida por um desejo de ser mãe.

6 EXPLORANDO AS PESQUISAS

Observou-se então nas pesquisas publicadas, a existência de apego aos acolhidos por parte das cuidadoras, bem como, algumas delas se sentiam no papel de mãe dessas crianças. Notou-se que as cuidadoras demonstraram sentimentos variados, como alegria, gratidão, desejo de proteger os acolhidos, e tristeza pela ausência da família na vida dos mesmos, e também uma comparação desse cuidado com, o ofertado a seus filhos, e evidenciando o desejo de ser mãe por aquelas que ainda não o eram. Perpassa na vivência das cuidadoras uma vinculação afetiva com os acolhidos, bem como um sofrimento mediante a saída deles para o retorno à família ou para a adoção (LEMOS, GEHELE, ANDRADE, 2017; SILVA et al, 2020).

As cuidadoras desempenham funções que vão além do cuidado físico, ocupando a função materna, tanto no escopo simbólico como no concreto. No entrelaçamento do sujeito que cuida e o sujeito que é cuidado, se torna inevitável para a cuidadora se envolver emocionalmente, pois além da concretude dos aspectos físicos do cuidar, este ocorre atrelado a vinculação afetiva (LEMOS, GEHELE, ANDRADE, 2017; SAUTCHUK, 2022).

É concomitante uma preocupação em excesso com as atividades domésticas, em alguns dos equipamentos de acolhimento há a sobrecarga de trabalho, atrelada ao número reduzido de profissionais, bem como a alta rotatividade neste cargo. Destacou-se também nas pesquisas a ausência de uma melhor preparação para o desempenho dessa função, tanto para lidar com os próprios sentimentos surgidos, como em lidar com as demandas emocionais e necessidade de respostas da vida pessoal dos acolhidos (LEMOS, GEHELE, ANDRADE, 2017; CZELUSNIAK, 2020; SILVA et al, 2020).

A falta de preparo é destaque recorrente nos estudos, perpassando os variados tipos de abrigo. Andrade (2017) fala da dificuldade de cuidadoras no tangente ao cuidado com deficientes físicos, onde observou uma relação marcada por rigidez, exigências de cumprimento de regras e falta de afeto. Nesse sentido a cuidadora não se apresenta como apta a acolher e permitir surgir o afeto, isso pode estar atrelado ao fato de que geralmente o filho idealizado não é aquele com limitações físicas ou mentais, por isso a vinculação nesse contexto se torna mais precária, já que em outras pesquisas surge a comparação desse trabalho com o cuidado aos filhos.

A manutenção de regras rígidas também é citada por Carvalho et al 2015, nesse estudo surge a dificuldade de se trabalhar em um ambiente marcado por tristeza e abandono, em especial com os adolescentes, pois com esse público a constituição de vínculo leva algum tempo até se adquirir a confiança, e se desenvolver as interações.

Pouco surgiu nas pesquisas a relação cuidadoras e adolescentes, estes aparecem nos relatos em raros momentos, onde geralmente buscam conversar e ouvir conselhos das cuidadoras. Em um dos estudos surgiu a dificuldade de uma cuidadora em lidar com esse público, demonstrando resistência para com o mesmo, apontando uma dificuldade em lidar com jovens de maior faixa etária atrelado a uma rebeldia (LEMONS, GECHLE, ANDRADE, 2017; CZELUSNIAK, 2020).

Diante o rompimento do vínculo com o abrigado, observou-se a ausência de uma preparação para as cuidadoras, onde as mesmas apenas são comunicadas da saída dos acolhidos, ficando ao seu cargo somente o papel de organizar os pertences dos mesmos. A percepção desse momento aponta para a forma como a dinâmica da instituição é afetada, o que repercute em angústia, desencadeando raiva, choro e tristeza naqueles que permanecem acolhidos. Tudo isso resultando em mais uma tensão para a cuidadora manejar (CZELUSNIAK, 2020).

Contudo, as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009), informam que o desligamento deve ser realizado mediante preparação com cuidadoras e acolhidos, de forma gradual promovendo despedida necessária tanto do ambiente quanto dos vínculos ali gerados.

Dessa forma os estudos apontam para a intensidade emocional, com que as cuidadoras são afetadas na convivência com os acolhidos, permeada pelos desafios de tal atividade. Onde são tocadas por várias dimensões, que além do cuidar perpassa o abandono e a compaixão, expressas na forma material e subjetiva. Mas, apesar de enfrentar os impactos das

consecutivas vinculações e rupturas, lidando com o luto das que vão embora, permanecem disponíveis para as que chegam (SAUTCHUK, 2022).

De acordo com Carvalho et al (2015), tal atuação é acompanhada também por uma desesperança, visto que esse sujeito está em contato diário com os variados dilemas emocionais e sociais dos acolhidos, em uma realidade completamente distinta do que estão habituadas. Se deparar com tais demandas provocam um desgaste emocional, que se intensifica com o passar dos anos de trabalho nesse tipo de instituição.

Embora tais profissionais sejam conscientes da provisoriedade do abrigo, em alguns casos chegando a serem orientadas a não se apegarem às crianças, a vinculação ocorre com a convivência diária, onde há uma troca de carinhos e afetos. Por isso o acolhimento deixa seus registros em cada cuidadora, algumas compreendem o rompimento do vínculo como algo natural, aceitando a separação de maneira racional, já em outros reside o sentimento de angústia, tristeza e saudade, levando a viverem esse momento com maior intensidade (DA SILVA ASSUNÇÃO et al, 2021).

Para aliviar o sofrimento mediante a separação, as cuidadoras alimentam boas expectativas para o futuro de cada criança, supondo que terão maiores oportunidades, e suas demandas supridas com amor e atenção. No entanto se evidencia a necessidade de acompanhamento psicológico para as cuidadoras, onde se possa trabalhar o que atravessa sua história pessoal diante as vivências profissionais, também auxiliando no enfrentamento do movimento constante de apego e separação (LEMOS, GEHELE, ANDRADE, 2017, SAUTCHUK, 2022).

Apesar de algumas cuidadoras procurarem manter distanciamento emocional, como um mecanismo para evitar sofrimento com a separação do acolhido, a maioria reconhece que o vínculo ocorre de maneira natural assumindo caráter materno, compreendendo a importância de sua atuação (DA SILVA ASSUNÇÃO et al,2021; LEMOS,GEHELE,ANDRADE,2017; SAUTCHUK,2022; SILVA et al,2020).

Gabataz et al (2018) relata que os fenômenos vivenciados nessa atividade, encontram-se interligados ao apego e ao desapego, pois esse trabalho está relacionado à construção do vínculo e do apego entre acolhidos e cuidadoras. Os autores afirmam ainda que as cuidadoras vivem um paradoxo, pois ao mesmo tempo que necessitam estabelecer vínculos, há o receio do seu rompimento a qualquer momento.

O termo cuidadora é uma proposta da atualidade, pois em 1987 foi promulgada no Brasil a lei da “mãe social” designando o perfil de profissional que atuaria em serviços de acolhimento. Porém com os avanços nas leis trabalhistas e conquistas do movimento

feminista, esse termo que reforçava o estigma de que há determinadas atividades que são de mulheres e outras de homens, passou ser questionado (OLIVEIRA, 2017).

Embora muitos avanços no que diz respeito às funções trabalhistas que as mulheres ocupam, esse trabalho continua sendo designado como o de uma “mãe social”, embora até mesmo nas Orientações Técnicas o termo para descrever tal função seja educador/cuidador, em algumas pesquisas ainda é utilizado a expressão “mãe social”, reforçando também essa aproximação do trabalho com a identificação do papel materno.

Além do citado anteriormente, nota-se que tal conotação aponta para uma desvalorização do trabalho, bem como a ausência de capacitações que promovam uma melhor distinção da atividade desempenhada. Tais questões podem justificar o fato da maioria dessas mulheres associarem esse trabalho ao mesmo que realizam em suas residências com seus filhos, e como a atividade doméstica não é vista como trabalho, logo não se admite sofrimento. Assim a possibilidade dessa sobrecargas não serem notadas por cuidadoras no seu trabalho cotidiano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da cuidadora em unidades de acolhimento se torna de extrema importância, visto que seu auxílio no acolhimento da criança e adolescente, irá contribuir para a redução dos impactos provocados por esse afastamento brusco do seu círculo de convivência. Ainda que seja uma medida protetiva, muitas crianças não compreendem a sua retirada, do convívio daqueles que na teoria seriam os responsáveis por lhe prover cuidado e segurança. Ficando ao cargo da cuidadora o papel de tentar preencher, mesmo que de forma temporária, algumas lacunas deixadas pela falha das figuras de cuidado, que até então eram as referências dessas crianças.

Nos estudos analisados, observou-se na maioria das cuidadoras a presença de vínculos afetivos, atrelados ao apego desenvolvido pelos acolhidos, bem como uma associação do trabalho realizado nos equipamentos de acolhimento com o cuidado materno, relacionando os cuidados e preocupações com essas crianças, aos mesmos direcionados aos seus filhos. O trabalho nesse tipo de estabelecimento demonstra o quanto os aspectos subjetivos se materializam quando essas mulheres se veem em uma atuação onde despendem carinho e afeto, o trabalho para muitas apresenta-se como mais fácil devido já terem filhos, e para outras a busca por essa atividade encontrava-se intrínseca no seu desejo de ser mãe.

As problemáticas emocionais quanto a sobrecarga que esse trabalho viria a provocar, não surgem de maneira explícita nas pesquisas que foram exploradas, porém infere-se que está implícito no sofrimento surgido mediante a separação dos acolhidos, envolto ao misto de alegria e tristeza que, perpassa esse ciclo contínuo de aproximação e distanciamento repentino com acolhidos. Percebe-se como estratégias para lidar com tal situação a tentativa de não se envolver afetivamente, bem como a racionalização de que a permanência temporária no abrigo é o objetivo primordial do processo de acolhimento, e as expectativas positivas para uma melhor qualidade de vida para essas crianças fora do espaço institucional.

Destacou-se uma sobrecarga quantos aos trabalhos domésticos e o enfoque no suprimento dos cuidados físicos com os acolhidos, ainda que ocorra a construção de laços afetivos, isso aparece mais atrelado às crianças menores, notando-se a ausência de estudos discorrendo sobre a forma como esse vínculo ocorre com adolescentes. Os estudos apontaram ainda para uma ausência de capacitação, que promova uma melhor atuação dentro do contexto de acolhimento.

Nas pesquisas encontradas notou-se maior ênfase nas atividades domésticas, no cuidado materno e na vinculação com os acolhidos. Observou-se pouco enfoque nas vivências emocionais das cuidadoras, e a ausência de um espaço para escuta psicológica nas instituições, para buscar compreender os atravessamentos surgidos nessa atuação, e os conflitos internos despertados nesse exercício. observando-se uma prevalência de pesquisas na região sul do país, bem como em contextos variados como Casas Lares e Unidades de Acolhimento Institucional. Constatou-se nas pesquisas consultadas uma predominância de pessoas do sexo feminino ocupando o cargo de cuidadora, e na sua maioria com idade acima de vinte anos.

Percebeu-se nos levantamentos bibliográficos que ainda há uma escassez de estudos práticos discutindo essa temática, portanto a resposta de tal problemática está na ausência de pesquisa. Recomenda-se portanto estudos posteriores, visando compreender os fatores sociais e econômicos que naturalizam a mulher nesse papel de cuidadora, bem como a construção de espaços de escuta para essas profissionais que constitui a maior e mais importante equipe de trabalho dos abrigos.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente-ECA**. Ministério da família, da mulher e dos direitos humanos. Brasília, 2019

Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf> acesso em 25 out. 2022

BRASIL. **Orientações técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes**. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf Acesso em 29 out. 2022

BREUER, J. & FREUD, S. (1893-1895) “**Estudos sobre a Histeria**”. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud [ESB]. Companhia das Letras

CARVALHO, Cintia Favero et al. Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. **Aletheia**, n. 47-48, 2015. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3141> Acesso em 13 jun. 2023

CZELUSNAKI, Caroline Boaventura. **Repercussões das práticas profissionais no processo de acolhimento institucional de crianças em uma casa-abrigo na perspectiva de cuidadoras**. Orientadora: Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. 147 p. 2020. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229047/PPSI0921-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> Acesso em 11 jun. 2023

CARVALHO, Cintia Favero et al. Qual a percepção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional acerca do seu cuidado subjetivo?. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 7, n. 1-2, p. 333-344, 2016. Disponível em <http://revistas-prod.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2418> Acesso em 13 nov. 2022

CALZAVARA, Maria Gláucia Pires; FERREIRA, Monique Aparecida Vale. A função materna e seu lugar na constituição subjetiva da criança. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 3, p. 432-444, 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/155411> Acesso em 14 jun. 2023

DA SILVA ASSUNÇÃO, André Isaac et al. Percepções de educadores sobre vínculos afetivos com crianças em acolhimento institucional. **Mudanças-Psicologia da Saúde**, v. 29, n. 2, p. 33-41, 2021. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Lilia-Cavalcante/publication/357254814_Percepcoes_de_educadores_sobre_vinculos_afetivos_co_m_criancas_em_acolhimento_institucional/links/61c365e9c48a3d26b74929e3/Percepcoes-de-

[educadores-sobre-vinculos-afetivos-com-criancas-em-acolhimento-institucional.pdf](#) Acesso em 10 jun. 2023

DE SOUZA, Adriano Junio Moreira et al. Revisitando a hipótese de Bowlby: teoria do apego, maturação neuroendócrina e predisposição para psicopatologias. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e3579119895-e3579119895, 2020. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9895> . Acesso em 23 mai. 2023

DOS SANTOS, Genilson *et al.* A relação mãe-bebê e a Teoria do Apego de John Bowlby em parceria com Mary Ainsworth frente às implicações na pós-infância e na vida adulta. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 2, p. 225-225, 2020. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7731> . Acesso em 03 abr. 2023

ELIA, Luciano da Fonseca. **O conceito de sujeito**. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo :Atlas, 2002

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al. TEORIA DO APEGO, INTERACIONISMO SIMBÓLICO E TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS: ARTICULANDO REFERENCIAIS PARA A PESQUISA1. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 26, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tce/a/kQg3xhkny9dfNVqPfvJQwt/?format=html&lang=pt> Acesso em 14 jun. 2023

HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Maria Costa; MORAES, Mayara Cristina Muniz Bastos. Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, p. 91-113, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/XGzpmM8WPq4ht7JMmCbnrk/abstract/?lang=pt> Acesso em 29 out. 2022

LEMONS, Suziani de Cássia Almeida; GEHELE, Hanna Hellena Lucavei; ANDRADE, Janete Vaz de. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: Um estudo de campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ptp/a/RPgnrhTYtLc83qt6dfq3CzC/?lang=pt&format=html#> Acesso em 10 jun. 2023

MEDEIROS, Taciany Karyn Ramos. O vínculo afetivo no Abrigamento de Crianças. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 9, p. 541-561, 2020. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22274> Acesso em 09 abr. 2023

OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza de et al. **Do lar doméstico ao lar institucional: a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana**. Orientadora: Lindamir Salete Casagrande. 156 p. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2580/1/CT_PPGTE_D_Oliveira%2c%20Glacielli%20Thaiz%20Souza%20de_2017.pdf Acesso em 14 jun. 2023

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14^a ed. Porto Alegre:AMGH, 2022. Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9786558040132. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558040132/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ROUDINESCO, Elisabeth. (1998). **Dicionário de Psicanálise**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

SAUTCHUK, Eduardo Arruda. **O meu abrigo: Cuidadoras em uma instituição de acolhimento de crianças**. Orientadora: Liliana Liviano Wahba. 120 p. 2022. Dissertação Mestrado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022

Disponível em <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/26561/1/Eduardo%20Arruda%20Sautchuk.pdf> Acesso em 10 jun. 2023.

SAYÃO, Yara. Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: Supervisão institucional e estágio de psicologia como formas de intervenção. **In: Concepções e proposições em psicologia e educação: A trajetória do serviço de psicologia escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**, p. 191-208, 2017. Disponível em <https://scholar.archive.org/work/76lcajok6zg5louq6u7we5ekam/access/wayback/https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/375/20834> Acesso em 29 out. 2022

SESTI BECKER, Ana Paula; VIEIRA, Mauro Luis; CREPALDI, Maria Aparecida. Apego e parentalidade sob o enfoque transcultural: uma revisão da literatura. **Psicogente**, v. 22, n. 42, p. 211-235, 2019. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-01372019000200211 Acesso em 11 jun. 2023

SILVA, Mariana Pereira da; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SOUZA, Heloísa Aparecida. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbso/a/yc6YRxM95vWD4mK8rthm6Pk/?format=html> Acesso em 02 nov. 2022

SILVA, Aline Soares Mazzeu da; LIMA, Fabiane Petean Soares de; SALLES, Rodrigo Jorge. Vínculo afetivo de crianças autistas na equoterapia: uma contribuição de Winnicott. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 95, p. 238-250, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000200011. Acesso em: 27 mai. 2023

SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO E ADOÇÃO. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp?foco=opcao> . Acesso em 26 mai. 2023

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre : Artmed, 1983

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Grupo A, 2001. E-book. ISBN 9788536314143. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536314143/>. Acesso em: 20 mai. 2023.